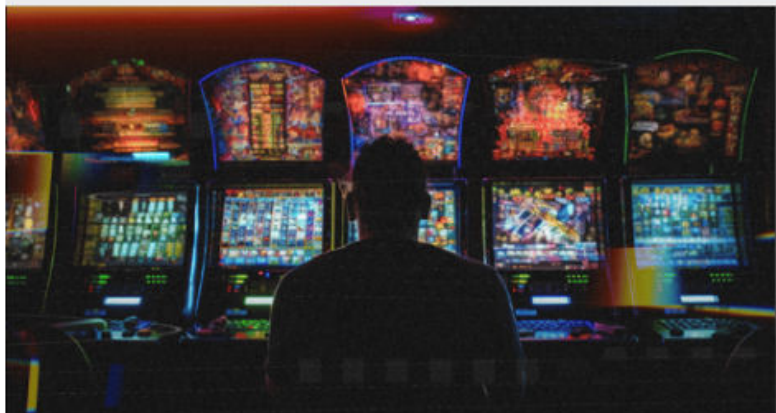
edição nº 321 • crusoe.com.br

Crusoé

APOSTA DE RISCO

O Brasil está preparado para enfrentar as consequências da legalização dos jogos de azar?

Aposta de risco

Carlos Graieb, Duda Teixeira e Wesley Oliveira • June 28, 2024

Edição semana 321 - Reportagens

Cassino: debate intenso sobre ganhos para o turismo, lavagem de dinheiro e transtornos para a saúde

O Brasil está preparado para enfrentar as consequências problemáticas da legalização dos jogos de azar?

O Brasil já foi um país de cassinos. De 1920, quando Epitácio Pessoa os liberou em estâncias climáticas, até 1946, quando Eurico Gaspar Dutra mandou fechá-los por decreto, mais de 70 grandes empreendimentos surgiram pelo país. Os tempos de ouro deveram-se a Getúlio Vargas, ele mesmo um grande frequentador das mesas de jogo. Vargas incentivou a abertura de cassinos, em geral ligados a hotéis de luxo e salas de espetáculos, para fomentar o turismo e movimentar a economia. Lugares pacatos como Petrópolis, onde foi instalado o Hotel Quitandinha ("*o maior cassino da América Latina*"), ou Poços de Caldas, com seu Palace Hotel, de repente ganharam glamour. Os salões mais famosos ficavam no Rio de Janeiro: o do Copacabana Palace, o do Hotel Atlântico e o Cassino da Urca. Além de testar a sorte na roleta e no black jack, neles também era possível assistir aos espetáculos de estrelas como Carmen Miranda, Emilinha Borba, Grande Otelo – e eventualmente esbarrar em Frank Sinatra ou Greta Garbo. Mas os cassinos também contavam com seus críticos e, no fim das contas, foram eles que prevaleceram. Quando o presidente Dutra caçou todas as licenças de funcionamento, invocou a moral e os bons costumes e alegou que a repressão aos jogos de azar era "*um imperativo da consciência universal*", tanto quanto da "*tradição moral, jurídica e religiosa dos brasileiros*". Dizem que sua mulher, muito carola, influiu na decisão. Mas os motivos políticos também teriam pesado: o jogo seria uma grande máquina de corrupção nas cidades onde estava enraizado – inclusive na capital da República, àquela altura o Rio de Janeiro.

Quase oitenta anos depois de as roletas haverem girado pela última vez no Brasil, o Congresso parece prestes a legalizar novamente os cassinos, juntamente com bingos, turfe (corrida de cavalos) e jogo do bicho. O PL 2234 foi aprovado em fevereiro de 2022 na Câmara dos Deputados e, no dia 19, passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Numa entrevista dois dias mais tarde, o presidente Lula disse que sancionará o projeto caso ele chegue à sua mesa. "*Se o Congresso aprovar e for feito um acordo entre os partidos políticos, não tem por que não sancionar*", afirmou. "*Não sou favorável a jogo, mas também não acho crime.*" As razões de quem defende a legalização não são diversas daquelas do início do século 20: fomento ao turismo e movimentação da economia. As razões dos que se opõe também não mudaram muito. O principal foco de resistência no Congresso vem da bancada evangélica — que nesse caso entra em choque com nomes influentes da direita, como o deputado Eduardo e o senador Flavio Bolsonaro. Também há grande preocupação com a utilização dos cassinos para lavagem de dinheiro do crime organizado. Como mostrou uma reportagem recente do jornal O Globo, os sites de apostas esportivas online – os "*bets*" — têm sido usados por facções como Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) justamente com essa finalidade. Uma preocupação "*nova*" diz respeito aos efeitos do jogo na saúde pública: embora o vício em jogos já fosse temido no passado, hoje há mais conhecimento sobre seus impactos. Nesta reportagem, **Crusoé** revisa esse debate:

A economia do país se beneficia com a legalização dos jogos de azar?

Os defensores da legalização dos jogos de azar defendem que uma aprovação do PL 2234 teria um grande impacto econômico. Relator do projeto no Senado, o senador Irajá (PSD-TO) tem dito que a mudança na legislação pode injetar 100 bilhões de reais na economia nos próximos anos, gerando 1,5 milhão de empregos diretos e indiretos. O potencial de arrecadação anual iria de 14 a 22 bilhões de reais, divididos entre União, estados e municípios. Ele ainda afirma que o número de turistas estrangeiros, que foi de 5,9 milhões em 2023, segundo a Embratur, poderia dobrar.

"*Hoje nós estamos fora do circuito mundial do turismo internacional. Quando você faz uma avaliação em relação aos turistas europeus, asiáticos e até americanos, eles não enxergam o Brasil como alternativa turística. Vão para a Argentina, para o Uruguai ou para o Chile, países aqui vizinhos, porque o Brasil não oferece nenhuma modalidade de jogo legalizada, principalmente o de cassino*", disse o senador Irajá de Abreu a **Crusoé**.

Não há como saber se esses números vão se concretizar. Sabe-se, no entanto, que o mercado de jogos presenciais e online vem crescendo mundialmente. Nos Estados Unidos, o ano de 2023 trouxe um faturamento recorde de 66,5 bilhões de dólares ao setor comercial de apostas (o país também tem um grande número de cassinos controlados por tribos indígenas). Segundo a American Gaming Association, as empresas recolheram 14,4 bilhões de dólares em impostos, um acréscimo de quase 10% em relação ao ano anterior. Embora os cassinos online e as apostas esportivas tenham aumentado rapidamente a sua participação nesses resultados ao longo dos últimos cinco anos, o jogo presencial ainda responde por cerca de 80% das receitas, o que dá sustentação às previsões otimistas do senador Irajá para o "*turismo de apostas*".

Deve-se lembrar, no entanto, que muitos outros fatores pesam nas decisões de viagem – como segurança e infraestrutura. Isso explica por que o Brasil, apesar das riquezas naturais e culturais, está fora das 10 primeiras posições do Índice de Desenvolvimento de Viagens e Turismo do Fórum Econômico Mundial, ocupando o 26º lugar entre 119 países. Isso significa que a legalização do jogo e a construção de resorts e cassinos podem não se traduzir em incremento imediato no número de viajantes.

Essa foi a experiência de Roberto Livianu, presidente do instituto Não Aceito Corrupção, ao visitar o Peru. "*Quando viajei para Lima, capital do Peru, descobri que existem mais de 100 cassinos por lá. Mas o Peru não é um país rico, não há lastro econômico que possa justificar tudo isso e nem tantos turistas que possam frequentá-los como locais de entretenimento*", diz ele.

Um estudo patrocinado em 2021 pelo think thank Social Market Foundation, da Inglaterra, também recomenda alguma cautela na avaliação dos impactos econômicos da legalização dos jogos de azar. Segundo a pesquisa, a indústria de jogos tem baixo efeito multiplicador quando comparada com outros setores da economia, ou seja, cada libra gasta em apostas agregou menos valor à economia e impulsionou menos o emprego do que o dinheiro gasto em outras áreas. "*Gastos em cassinos e sites de apostas não impulsionam a atividade em outros setores da economia*", diz o documento.

Jogos de azar facilitam a lavagem de dinheiro?

Um dos maiores problemas associados à legalização dos jogos de azar é reconhecido pelo próprio projeto de lei que tramita no Senado: a lavagem de dinheiro. O Título V do PL é dedicado à prevenção desse crime e ainda do financiamento ao "*terrorismo*" (a palavra com certeza aparece como sinônimo de crime organizado). Ele obriga as empresas que promoverem a jogatina a implementarem uma política de prevenção, supervisionada pelo "*Ministério da Economia*" — na configuração atual da esplanada em Brasília, a tarefa ficaria a cargo do Ministério da Fazenda, comandado por Fernando Haddad. Entre as penalidades para quem dificultar a fiscalização do seu negócio ou fraudar os registros, por exemplo, estão previstas multas que podem chegar a 2 bilhões de reais (dobradas em caso reincidência) ou mesmo a suspensão e a cassação da licença de funcionamento.

Para Roberto Livianu, procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção, não há como fiscalizar de maneira eficiente a movimentação financeira dos cassinos. "*Há sempre um risco muito grande de esses estabelecimentos serem usados como fachada para lavar dinheiro oriundo de diversos crimes*", diz Livianu. "*Na hora de fazer a contabilidade, o cassino pode dizer que o faturamento foi fruto de apostas em dinheiro, mas a origem real pode ser o tráfico de drogas, roubos e outras ações ilegais. Não é por outro motivo que quem controla os cassinos em vários países são as máfias.*"

Mas mesmo quando o negócio não é controlado por criminosos o risco de utilização das apostas para lavar dinheiro é alto. Um relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodoc) divulgado em março analisa em detalhes o caso do Crown Resorts, o maior grupo de cassinos da Austrália. Em julho de 2023, a Justiça condenou a empresa a pagar o equivalente a 300 milhões de dólares em multas, por centenas de infrações às regras de prevenção ao crime. Suas máquinas e mesas de apostas foram usadas por máfias do sudeste asiático para lavar bilhões de dólares "*sujos*".

"*O problema é que você não tem como saber de antemão a origem do dinheiro que a pessoa traz no bolso quando entra no cassino*", diz o também procurador paulista Marcelo Mendroni, que atuou no Grupo Especial de Prevenção aos Crimes Econômicos (Gedec) do MP-SP e é autor de livros sobre o crime organizado. "*Por isso, as autoridades estão sempre correndo atrás do prejuízo nesse tipo de atividade. O Estado vai precisar de mais funcionários públicos se quiser impedir que os criminosos façam a festa nos cassinos.*"

Segundo Mendroni, as modalidades de lavagem de dinheiro que se tornaram conhecidas, por exemplo, com a Operação Lava Jato – com uso de empresas de fachada e contas no exterior – ainda serão usadas para acobertar a grandes quantias. "*Os cassinos poderão dar origem a um varejo da lavagem de dinheiro, com transações menores feitas por muitos indivíduos, do soldado do tráfico ao funcionário público corrupto.*"

Artimanhas para promover a lavagem podem ser muito simples, como a simples troca de moeda por fichas, e vice-versa, em transações sucessivas, ou a compra das fichas de um jogador legítimo por um criminoso.

Segundo uma reportagem publicada pelo jornal *O Globo* no dia 23, os sites de "*bets*", recém-regulamentados, vêm sendo usados de maneira semelhante por facções do tráfico. Por meio de apostas pequenas, integrantes do PCC, em conluio com casas de apostas do Ceará, podem ter lavado até 300 milhões de reais nos últimos meses – esse é o montante que circulou pelas contas de 20 investigados.

Quais são os impactos possíveis para a saúde da população?

Diversos países que legalizaram os jogos de azar registraram um aumento no número de pessoas com "*transtorno de jogo*". Elas sentem uma vontade de apostar com frequência, apesar de sofrerem com as consequências negativas disso, como afastamento da família, brigas no trabalho e endividamento. Na Austrália e em países europeus, a prevalência de jogadores patológicos na população após a legalização subiu de 0,2% para 2,1%. Nos países asiáticos, de 1% para 2%.

Entre os jogadores patológicos, há uma incidência maior de divórcios, distúrbios cardiovasculares, perturbações de sono, obesidade, cansaço crônico, depressão, abuso de álcool e de outras drogas. Estudos científicos revelam que, entre os indivíduos com transtorno de jogo, de 12% a 24% tentam suicídio. Entre 21% e 36% dos jogadores patológicos perderam o emprego devido ao hábito. Entre 18% e 28% dos homens e 8% das mulheres foram à falência.

O PL 2234, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça o Senado, traz um breve capítulo sobre uma "*política nacional de proteção aos jogadores e apostadores*". O trecho inclui "*educação e informação de jogadores e apostadores quanto aos seus direitos e deveres, quanto aos riscos inerentes ao jogo e à aposta e quanto aos transtornos de comportamento a eles associados*". Fala-se ainda em "*prevenção e tratamento dos transtornos de comportamento associados a jogos e apostas*".

A ideia subjacente é de que se pode montar uma estrutura para evitar o vício e atender aos que acabam desenvolvendo o transtorno de jogo. Mas o Brasil nunca esteve à altura desse desafio. Nos anos 1990, mudanças na legislação e falhas de fiscalização permitiram a abertura de bingos. Na prática, essas casas funcionavam como cassinos, com salas para máquinas caça-níqueis. Os viciados em jogos se multiplicaram. Para atender ao aumento da demanda de brasileiros com esse distúrbio, um ambulatório foi criado na Universidade Federal de São Paulo, Unifesp. Dez anos depois, um levantamento feito pelos seus profissionais indicou que 78% dos que procuravam ajuda tinham contraído dívidas, 47% chegaram a pensar em suicídio e 14% tinham tentado dar um fim à própria vida. Em 2004, após um escândalo de corrupção envolvendo os bingos, o então presidente Lula proibiu os jogos de azar. Com isso, a procura por atendimento psicológico diminuiu.

Em anos recentes, a disseminação dos jogos de azar pela internet voltou a elevar a demanda de atendimento psicológico, que hoje já é maior que a registrada na década de 1990. "*Nós paramos de aceitar novos pacientes, porque não há mais gente para atendê-los*", diz Maria Paula Magalhães de Oliveira, que atuou no ambulatório da Unifesp e hoje colabora em um programa semelhante no Hospital das Clínicas da USP. "*Além disso, estamos recebendo e-mails de pessoas do Brasil inteiro pedindo ajuda, mas não temos serviços de saúde para indicar.*"

Segundo ela, o aumento dos problemas com jogos se deve a vários fatores. Como estão disponíveis na internet, eles podem ser acessados facilmente por pessoas de todas as idades, que não precisam se deslocar até um cassino. As propagandas nos ônibus, nas redes sociais, na televisão e nos vídeos de influenciadores contribuem para elevar o número de usuários, e muitos deles são pessoas mais suscetíveis a desenvolver transtornos. "*No Brasil, atualmente, não há fiscalização, não há restrição à publicidade, não há pesquisa sobre o assunto e nem profissionais aptos para tratar toda essa gente*", diz Maria Paula, que fez uma revisão sobre a literatura científica a respeito do transtorno de jogo. Se o Brasil fosse um país capaz de criar uma estrutura para evitar a dependência dos mais vulneráveis e lidar com as consequências dos jogos de azar, isso já teria acontecido.

Quando o PL 2234 poderá ser aprovado? Quais as chances de isso ocorrer?

Apesar do apoio do governo e da articulação de partidos do Centrão, o projeto de só deve avançar no Senado no segundo semestre deste ano. O placar apertado – 14 a 12 – que aprovou o texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na semana passada acendeu um alerta entre os líderes da Casa.

Esse projeto tramita há mais de 15 anos e enfrenta resistências, principalmente, na bancada evangélica do Congresso Nacional. A articulação para que essa legalização seja aprovada ocorre desde o governo do então presidente Jair Bolsonaro e era defendida por ministros como Paulo Guedes (Economia) e Ciro Nogueira (Casa Civil).

Com apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a proposta passou pela maioria dos deputados em 2022 e, desde então, estava parada no Senado. Agora, na gestão do presidente Lula (PT), essa articulação foi retomada e conta com aval do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e do ministro do Turismo, Celso Sabino, um dos expoentes do Centrão no governo petista.

Nesta semana, o relator Irajá de Abreu se reuniu com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para tentar garantir que a proposta seja levada ao plenário. Isso porque críticos ao texto tentam adiar a tramitação fazendo com que ele passe por outras comissões da Casa. O líder da bancada evangélica, senador Carlos Viana (Podemos-MG), assinou um requerimento para que o projeto passe por outras comissões antes de ser levado ao plenário.

"*O cassino não vai trabalhar só com cartão de crédito ou com Pix. O cassino vai receber ali muito dinheiro em espécie que a pessoa levar*", diz Viana Carlos Viana, da bancada evangélica. "*E como é que nós vamos saber qual a origem desse dinheiro? Quantas pessoas entraram? Quantas fizeram apostas em moeda corrente? Vai ser o principal canal de lavagem do crime organizado. Eu tenho muita confiança de que a opinião pública vai se levantar contra isso e os parlamentares vão se sentir pressionados em relação a esse assunto.*"

Conforme apurou **Crusoé**, o compromisso de Pacheco, até o momento, é de apenas realizar audiências públicas diretamente no plenário antes de colocar o tema em votação. Isso, no entanto, só deve ocorrer em agosto após o recesso parlamentar e diante de um Congresso esvaziado por conta do período eleitoral. Apesar disso, o relator está confiante de que vai conseguir maioria pela aprovação da proposta.

"*É um tema bastante delicado e longe de ter unanimidade, apesar da sua importância. Depois da CCJ, o trâmite normal é de qualquer projeto seguir para o plenário. Então não vai ser diferente em relação a isso. Aqueles senadores que tenham convicção contrária vão continuar votando contra e os que estão favoráveis vão continuar votando favor. Eu acho que o tema já foi exaustivamente discutido em 1 ano e 2 meses no Senado*", diz o relator Irajá.

Defensor da legalização dos cassinos, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), indicou que o Palácio do Planalto ainda não formou questão sobre o projeto. Apesar disso, os ministérios da Fazenda e do Turismo apresentaram notas técnicas defendendo a aprovação.

O Jogo do Tigrinho poderá ser liberado?

O Fortune Tiger, que no Brasil ficou conhecido como Jogo do Tigrinho, é disponibilizado em vários sites da internet e funciona como um caça-níquel tradicional. O jogador faz a aposta e aciona uma máquina virtual. Vence se conseguir três símbolos iguais, na mesma linha, em um tabuleiro com três linhas e três fileiras, como em um jogo da velha.

Este ano, o jogo se popularizou graças a uma intensa propaganda nas redes sociais e em vídeos de influenciadores na internet. Notícias de pessoas viciadas chamaram a atenção. Em 21 de junho, a enfermeira Gabriely Sabino foi encontrada após vários dias desaparecida. Ela jogava de forma insistente o jogo, contraiu dívidas e acabou se afastando da família.

O PL 2234 propõe a autorização para jogos on-line, mas afirma que isso dependerá de regulamento específico, que ficará a cargo do Ministério da Fazenda. "*Se for aprovado pelo Senado e sancionado pelo presidente, o jogo ainda estaria sujeito a uma série de certificações para garantir que o jogo seja justo, honesto, confiável e transparente*", diz o advogado Filipe Senna, sócio do Jantalia Advogados e especialista em direito de jogos. "*Provavelmente também haveria limitações à publicidade agressiva que o Jogo do Tigrinho tem usado.*"

As apostas esportivas serão afetadas?

As apostas esportivas são consideradas de "*quota fixa*", porque o apostador tenta prever o resultado de um ato específico, como o placar de um jogo de futebol. Esse tipo de prática já foi legalizado no Brasil em 2018, ainda no governo de Michel Temer, com a publicação da lei 13.756. No final do ano passado, o presidente Lula sancionou a lei 14.790, que trouxe um arcabouço legal mais robusto em relação às apostas de quota fixa. "*As apostas esportivas já passaram por um debate legislativo satisfatório, há uma lei específica sobre essa matéria e um processo de regulamentação está sendo feito pelo Ministério da Fazenda*", diz o advogado Filipe Senna.

O sucesso de Milei

Caio Mattos, de Buenos Aires • June 28, 2024

Edição semana 321 - Reportagens

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

O presidente na posse: ajustes difíceis no início do mandato atingiram objetivo principal

Ao cortar gastos, o presidente da Argentina consegue controlar a inflação. E tudo isso sem perder aprovação popular

O presidente da Argentina, Javier Milei, obteve duas grandes conquistas ao completar meio ano de mandato. A primeira se deu na economia. Ao seguir uma cartilha rigorosa de corte de gastos, oposta àquela mantida pelo governo petista no Brasil, Milei manteve a inflação sob controle — um feito digno de nota em um país com o histórico da Argentina. A segunda conquista foi no Congresso, que aprovou as primeiras reformas do presidente na madrugada desta sexta-feira, 28. Apesar de o pacotão ter se desidratado ao longo de um semestre de negociações, o governo manteve medidas que poderão viabilizar a agenda liberal nos próximos meses. A Casa Rosada poderá, por exemplo, sancionar leis sobre alguns temas, dentre eles a política econômica, sem precisar do Legislativo.

Com medidas duras, mas necessárias, o libertário mudou drasticamente a situação do seu país. A Argentina não vive mais a realidade da virada de 2023 a 2024, quando era preciso reajustar os preços dos supermercados quase toda semana. Cenas comuns de clientes sendo surpreendidos no caixa por terem escolhido produtos com etiquetas de preços defasadas não ocorrem mais tanto. A inflação mensal que foi de 25,5% em dezembro caiu para 4,2% em maio.

Milei tem contido a inflação, porque, pela primeira vez em uma década, o Estado argentino gasta menos do que arrecada, o chamado superávit. Por cinco meses seguidos, entre janeiro e maio, a Casa Rosada registrou superávit fiscal, incluindo os pagamentos de dívidas e juros. Com esse objetivo atingido, o Banco Central não precisa emitir pesos para pagar as contas do governo. Como a multiplicação da moeda é um dos principais componentes da inflação, o problema foi cortado pela raiz.

Cortar gastos públicos com fez Milei, que gostava de posar com uma motosserra, é uma medida drástica, que tem consequências sociais. Os argentinos mais pobres, que dependem de subsídios estatais e do vivem do pagamento de aposentadorias, foram os mais afetados. Em vários momentos, funcionários públicos foram às ruas protestar contra esses cortes. Com os cortes de investimentos públicos e congelamento das aposentadorias, a economia sofreu um baque. O PIB retraiu 5,1% no primeiro trimestre, comparado ao mesmo período em 2023.

"Esse é o efeito esperado de um programa de reajuste de uma economia que vinha fora dos trilhos. Arrumar a casa implica em pagar um custo. Neste caso, foi aprofundar a recessão", diz Juan Luis Bour, economista-chefe do think tank argentino Fundação de Investigações Econômicas Latinoamericanas. Alguns setores importantes da economia argentina, como a indústria, estão em recessão desde 2022.

Mas a população, em geral, tem passado pelo período de ajuste com resignação. Primeiro, porque Milei anunciou que faria exatamente isso e venceu as eleições com essa promessa. Segundo, porque todos esperam que a economia melhore no momento seguinte. Quando os argentinos perceberem que o salário não irá perder valor até o final do mês, haverá uma sensação de alívio. É o mesmo fenômeno que ocorreu quando o Plano Real foi estabelecido no Brasil, há exatos 30 anos.

"*O êxito de Milei foi manter apoio importante da população apesar de equilibrar o orçamento de uma maneira muito dura. Foi um período de emergência*", diz Bour. O libertário segue com aprovação na casa dos 55%, o que é muito próximo da parcela de votos que o elegeu à Casa Rosada no segundo turno, em novembro.

O que Milei tem pela frente é uma corrida contra o tempo. Ele precisa passar a sensação aos argentinos que, apesar desse período de ajustes, a situação irá melhorar em breve. Segundo um levantamento de março, 46% dos argentinos acreditam que a sociedade não "*pode esperar"* mais de seis meses até "*ver bons resultados da política econômica*". E 80% acreditam que a paciência não passa de um ano.

Enquanto a Argentina se ajusta, o real brasileiro saltou da sétima para a quinta posição entre as moedas que mais se desvalorizaram frente ao dólar nos últimos seis meses. O real desbancou justamente o peso argentino da quinta colocação — todas as moedas que depreciaram mais que a brasileira vêm de países com histórico recente de conflitos civis. A desvalorização do real ocorre porque o governo brasileiro vai na contramão do argentino e aumentou os gastos em 6% entre janeiro e abril, em relação a 2023. "*O governo brasileiro continua burlando o arcabouço fiscal. O crescimento dos gastos é o modo de operar desta gestão*", diz Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, em referência à regra de responsabilidade fiscal sancionada por Lula no ano passado.

Milei tem um desafio muito maior que o de Lula, pois pegou uma economia à beira do precipício. O argentino, contudo, sabe identificar a causa da inflação e tem conseguido combatê-la.

Feito por @bancahidden

Digerindo o 7 a 1 com Mauro Beting, 10 anos depois

Gui Mendes e Rodolfo Borges • June 28, 2024

Edição semana 321 - Entrevistas

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

Jornalista e comentarista esportivo Mauro Beting reflete sobre pior derrota na história da seleção brasileira, e como o orgulho nacional pelo futebol tenta se recompor uma década depois

Como quase todo brasileiro, Mauro Beting lembra exatamente onde estava no fim de tarde de dia 8 de julho de 2014, uma terça-feira: ele estava em casa, com o filho, sentado no sofá e curtindo uma rara folga nas coberturas jornalísticas. O que ambos viram juntos — o jogo Brasil e Alemanha, pela semifinal da Copa do Mundo no Brasil — foi um desses eventos marcantes numa vida. **Quase todo brasileiro sabe exatamente onde estava e como se sentiu quando a Alemanha começou a empilhar gols na Seleção.**

Passados dez anos do maior desastre do futebol brasileiro, um dos mais respeitados comentaristas esportivos brasileiros fala ao **Crusoé Entrevistas** menos sobre as circunstâncias que levaram àquele *"jogo maluco"*, e mais sobre o processo de **reconstrução de um símbolo nacional**, destruído em uma impiedosa *blitzkrieg* com Miroslav Klose, Toni Kross e companhia.

Foi uma estrada sinuosa, mas que começa pouco a pouco a render frutos. ***"A CBF tem melhorado, ou tem deixado de piorar"***, diz, referindo-se a melhores regras internas que culminaram nas quedas de José Maria Marín, Marco Polo Del Nero e Rogério Caboclo, por diferentes motivos. Outros motivos ainda inspiram cuidados, como a qualidade do futebol brasileiros e a renovação na mentalidade de técnicos, da imprensa especializada, mesmo dos torcedores brasileiros.

Beting pondera **a atuação de Neymar, símbolo muitas vezes criticado dessa reconstrução, assim como as figuras de Vinícius Jr., Endrick e mesmo Estevão,** joias da coroa brasileira que representam a novíssima geração de estrelas da seleção. Mais do que a habilidade com a bola, os dois primeiros também possuem uma veia social, lutando por temas que consideram importantes.

Mas em um momento onde nenhum país consegue manter a hegemonia do futebol mundial, o comentarista diz que tudo continua em aberto para a próxima Copa do Mundo, daqui dois anos, na América do Norte.

"Em termos de seleção brasileira, a coisa deu uma melhoradinha e, em termos de futebol brasileiro e mundial, são fases", afirmou. ***"A gente vive talvez nossa maior seca em títulos. Talvez a gente não ganhe 26, e é uma das seleções que podem ganhar.*** *Mas é dever dizer que não é demérito do futebol brasileiro, é próprio do futebol de hoje."*

Assista à íntegra da entrevista:

Feito por @bancahidden

Lula, o monetarista

Ivan Sant'ana • June 28, 2024

Edição semana 321 - O caminho do dinheiro

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

Lula Meirelles em 2009. Foi um Lula amargo que assumiu o Planalto em 1º de janeiro de 2023

Se até a semana passada Lula achava que estava formando uma bancada governista no Copom do Banco Central, se decepcionou profundamente

Quando assumiu a presidência da República em 2003, em sua terceira tentativa (fora derrotado por Fernando Collor, em 1989, e duas vezes por Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998, ambas no primeiro turno), **Luiz Inácio Lula da Silva pôs no Ministério da Fazenda Antonio Palocci, no Banco Central do Brasil (que ainda não era independente) Henrique Meirelles e na Casa Civil José Dirceu.**

Lula entregou a administração aos três e se deu muito bem. Limitou-se a fazer discursos para o povão, pronunciamentos nos quais a grande vítima era a língua portuguesa, e a fazer viagens ao exterior, onde se refestelava nas suítes presidenciais de hotéis estrelados.

Nos encontros com seus colegas chefes de Estado, fazia, sem perceber, o papel de bobo da corte.

"*Esse é o cara*", divertia-se Barack Obama, dando palminhas nas costas do presidente brasileiro.

Enquanto isso, Palocci, Meirelles e Dirceu cuidavam da *"coisa pública"*.

Palocci aumentou a meta de superávit primário e Dirceu garantiu, pagando em *cash*, a maioria do governo nas casas do Congresso. Meirelles cuidou com grande brilho da política monetária.

No início de 2006, Palocci perdeu o cargo por ter quebrado, sem autorização judicial, o sigilo bancário de Francenildo Costa, caseiro da "*casa de folguedos*" que o ministro frequentava.

Alguns meses antes, quem saiu foi José Dirceu, por causa da revelação, pelo deputado fluminense Roberto Jefferson, das mesadas que o Planalto pagava pelos votos que recebia no Legislativo.

Da trinca, **Henrique Meirelles foi o único que sobrou no governo.** Sua atuação foi bastante favorecida pelo exuberante crescimento do PIB da China, que alcançou taxas de dois dígitos.

Com os chineses comprando *commodities* brasileiras, nossa balança comercial passou a ter superávits após superávits, tendo como consequência um aumento substancial de nossas reservas internacionais.

Lula tinha 80% de aprovação popular quando, em 1º de janeiro de 2011, passou a faixa presidencial para Dilma Rousseff, que antes assumira a Casa Civil substituindo José Dirceu.

Veio então a operação *Lava Jato* que, entre outras coisas, apurou escândalos os mais diversos, escândalos esses que levaram Lula para a cadeia em Curitiba, onde permaneceu 580 dias.

Foi um Lula amargo que assumiu o Planalto em 1º de janeiro de 2023. Amargo, prepotente e convicto de que tudo que fazia dava certo.

Lula já não manda quase nada e, se mandasse, as coisas estariam piores do que estão.

Inconformado com a independência do Banco Central, se arvorou em monetarista.

Quis que a meta de inflação subisse para 4,5% ao ano, sem ter a menor noção de que, quando a autoridade aumenta a meta, esta vai muito além do proposto.

Quando o Copom (Comitê de Política Monetária do Banco Central) afirmou que os dois próximos movimentos da taxa Selic seriam de 50 pontos para baixo, o mercado financeiro (mas não Lula) sabia que isso era apenas uma estimativa (*forward guidance*).

O cenário fiscal se deteriorou (sem que o governo movesse uma palha para cortar gastos) e o Copom baixou a taxa em apenas 25 pontos (0,25%), mandando às favas o *forward guidance*.

O placar foi de 5 a 4, com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, desempatando, em favor dos 25 pontos, os 4 a 4 que prevaleciam até seu voto de minerva.

Digno de nota é que **os quatro votos em favor da redução de 0,5% foram dados por componentes do colegiado indicados por Lula, enquanto os cinco da vitória vieram das hostes que já existiam quando o presidente da República tomou posse.**

Veio então a reunião de 18 e 19 de junho de 2024.

Havia um consenso quase unânime de que o Copom manteria a Selic inalterada.

A grande dúvida era o placar, que poderia variar de nove a zero até cinco a quatro.

Fechados os mercados, o Copom informou que, por unanimidade de votos, a taxa Selic se manteria inalterada.

Se até aquele momento Lula achava que estava formando uma bancada governista no Copom, se decepcionou profundamente.

Antes ele atacava especialmente o presidente Campos Neto, a quem chama de "*aquele rapaz*" ou "*esse moço*".

Agora, após os nove a zero, em vez de ficar calado, se fingindo de morto após uma decisão tão acachapante, **disse que a "*decisão do Copom foi sem explicação e 'sem nenhum critério'*."**

No Congresso Nacional, Lula ainda consegue algumas vitórias esparsas, que custam cargos, promoções, aumentos, etc.

Já no Copom não dá. Eles fazem parte de uma instituição independente.

Quem diminui um pouco esse conflito é o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Mas pode surgir uma ocasião na qual Haddad perca a paciência e peça seu boné.

Nos Estados Unidos, **é raro um presidente da República criticar o FOMC (Federal Open Market Committee – Comitê Federal de Mercado Aberto), órgão do FED (Federal Reserve Bank).**

Tanto é assim que **mesmo sendo um ano eleitoral, e o FOMC praticando uma política *hawkish* para trazer a inflação para dois por cento ao ano, Joe Biden não fala nada.**

Um forte abraço para os caros amigos assinantes leitores.

Ivan Sant'Anna é escritor e investidor

ivansantanna1929@gmail.com

As opiniões emitidas pelos colunistas não necessariamente refletem as opiniões de O Antagonista e Crusoé

Feito por @bancahidden

O tempo desperdiça o Vasco

Rodolfo Borges • June 28, 2024

Edição semana 321 - Leitura de jogo

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

O Vasco vai e volta da segunda divisão — e parece que neste ano vai de novo

Os gigantes ameaçados de rebaixamento no Brasileirão se acomodaram no trono da própria nobreza, mas há outros reinos se erguendo

*"**Pelo amor de Deus, vamos sentar no chão e contar histórias tristes sobre a morte de reis**: como alguns foram depostos, alguns mortos em guerra, alguns assombrados pelos fantasmas que depuseram, alguns envenenados por suas esposas, alguns mortos dormindo, todos assassinados"*, lamenta Ricardo II, em vias de ser deposto pelo primo Henrique, na peça de Shakespeare que leva seu nome. Esse é o clima do Z4 do Brasileirão 2024.

Não é de hoje que os maiores clubes do Brasil caem para a segunda divisão. Isso já ocorre há tanto tempo que alguns até já se acostumaram. O Vasco vai e volta, e parece que neste ano vai de novo. **O Corinthians prepara a segunda queda com requintes de crueldade com sua torcida**, e o Fluminense parecia inclinado a cumprir o destino de pagar a Série B, pelo menos até a demissão do impetuoso Fernando Diniz.

O Grêmio tem jogos a menos, por causa das enchentes no Rio Grande do Sul, mas, ao contrário do arquirrival Internacional, não consegue vencer jogando apenas fora de casa. **E o gigante São Paulo, que parecia ter a casa arrumada após ganhar de forma retumbante a Copa do Brasil, claudica diante do cambaleante Vasco e sucumbe para o jovem Cuiabá, que não tem nem 30 anos**, **dentro da própria casa lotada** — e esses estão longe de serem os únicos vexames recentes do tricolor paulista.

Pois o Cuiabá não dá pinta de que vai cair. Nem o Bahia ou o Fortaleza, que costumavam ronda a zona de rebaixamento. Nem mesmo o Criciúma e o Juventude ou o Bragantino. Do Botafogo e do Cruzeiro, que frequentaram tanto a Série B, nem se fala; seus problemas são outros desde que viraram sociedades anônimas do futebol. O Vitória ensaia uma recuperação, assim como o Atlético Goianiense. Mas quatro terão de cair, como ocorre em toda temporada.

"Ah, se eu fosse tão grande quanto a minha dor, ou menor que meu nome. Ou que eu pudesse esquecer o que fui, ou não me lembrar do que devo ser agora!", lamentam corintianos, vascaínos, tricolores e santistas (que sofrimento na Série B…), repetindo Ricardo II. **Seus clubes sentaram no trono da própria nobreza achando que seria o bastante**. Fantasiando que continuaria sendo o bastante, como era até décadas atrás.

Agora, seus dirigentes ouvem a terrível tempestade cantar sem encontrar abrigo, veem o vento soprar forte em suas velas, e não reagem, perecendo enquanto se sentem seguros, do alto dos castelos que ergueram com títulos e vitórias memoráveis. Agora, eles contemplam o próprio naufrágio inevitável e iminente enquanto adversários mais humildes começam a erguer seus próprios reinos.

Fica a lição do Ricardo II de Shakespeare, que teve tempo para refletir na prisão antes de ser assassinado: ***"Eu desperdicei tempo, e agora o tempo me desperdiça".***

Rodolfo Borges é jornalista

Feito por @bancahidden

Lula, o invertebrado

Leonardo Barreto • June 28, 2024

Edição semana 321 - Crônica

O presidente está migrando das mensagens institucionais para declarações pessoais improvisadas

Mesmo que o objetivo das declarações de improviso seja conquistar um eleitor rebelde, cada intervenção do presidente é um terremoto

O presidente está migrando das mensagens institucionais para declarações pessoais improvisadas
"***Pera aí, deixa ver se eu entendi… agora temos Bolsonaro nos costumes e Dilma na economia?***"

O post jocoso que alguns publicam nas redes sociais fazem referência ao novo Lula conservador que emergiu nas últimas semanas. Não é novidade que o presidente corre atrás do eleitor antipetista, especialmente o evangélico, com campanhas de comunicação específica que reforçam as palavras "*fé*", "*milagre*" e "*Deus*".

Há uma intensificação recente de **Lula migrando das mensagens institucionais para declarações pessoais improvisadas.** Nos últimos dias, o presidente mandou uma beneficiária do Bolsa Família parar de ter filhos, disse que TV e teatro são para fazer arte e não ensinar "*putaria*", criticou o STF após a decisão da descriminalização do porte da maconha e disse que não nomeava mais ministros negros ou mulheres porque são mais difíceis de encontrar com a competência necessária.

O cálculo por detrás da estratégia é típico de quem opera o modelo de distribuição espacial dos votos, clássico entre marqueteiros. Se Lula já tem o eleitor de esquerda — não deve surgir outro concorrente nesse campo até 2026 —, tem liberdade para avançar sobre o centro e até a centro/direita. Há um custo especialmente junto à esquerda identitária. Mas, novamente, Lula sabe que, mesmo insatisfeitos, eles não terão outra opção a não ser repetir "*o L*".

É uma aposta válida e com alguma margem de segurança para ser feita, já que não existe risco de perder eleitores da esquerda. O problema de escolhas dessa natureza é a modulagem do tom: se passar do ponto, pode se tornar caricato.

Outro risco é contrariar a chamada "*primeira Lei de Temer*", que faz referência ao ex-presidente Michel Temer, e que diz que **um presidente não fala, se pronuncia**. A mensagem é que **a banalização da fala presidencial acaba desvalorizando-a**, tornando-a cada vez mais sem efeito, com prejuízo para a autoridade do mandatário. A lei de Temer tem relação com a questão da escassez, segundo a qual quanto mais raro de se encontrar é uma coisa, mais valiosa ela é.

Há quem discorde. Especialmente após Jair Bolsonaro, que se cansou de pautar a mídia, levando o debate para onde quisesse. O problema de Lula, nesse sentido, seria outro, **o excesso de improviso**. Bolsonaro fazia sua interpretação ao vivo, mas os temas e algumas expressões já haviam sido ensaiadas. Já as gafes do atual presidente não parecem tão combinadas e suas falas muitas vezes são editadas por apoiadores para eliminar trechos constrangedores no momento de divulgá-las nas redes socais.

Outra desvantagem de Lula em relação a Bolsonaro é que o ex-ocupante dava pouca importância ao que ele próprio falava. Rapidamente, o Congresso Nacional e a imprensa também perceberam que, apesar do alvoroço diário, o governo era tocado apartado disso, especialmente a partir do Legislativo e com apoio do gabinete de ministros. Dessa forma, a atuação de Bolsonaro podia ser classificada como seu stand-up particular.

Lula, por outro lado, se leva a sério, a imprensa o leva a sério e seus ministros também o levam a sério. Logo, mesmo que o objetivo seja um inocente movimento para perseguir um eleitor rebelde, cada intervenção do presidente é um terremoto. O resultado é uma crise de confiança, com reflexos na economia e na governabilidade.

A combinação de Bolsonaro e Dilma foi o que o país rejeitou em 2016 (via impeachment) e em 2022, via eleição do petista. O comportamento de biruta de aeroporto adotado pelo presidente Lula é, portanto, muito difícil de se explicar. A não ser quando se lembra que a Lula, molusco marinho da classe dos cefalópodes e do qual o presidente trouxe o apelido, pertence ao reino dos bichos invertebrados.

Leonardo Barreto é cientista político e sócio da I3P Risco Político

Churrascão cordial em Lisboa

Jerônimo Teixeira • June 28, 2024

Edição semana 321 - Ilha de cultura

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

There's no free lunch, diz-se em inglês. Tradução: não existe churrasco de graça, mané

Os eventos internacionais com ministros do STF e outras figuras públicas provam que, no Brasil, as relações institucionais são demasiado pessoais

O Gilmarpalooza começa amanhã, em Lisboa.

Digo, começa amanhã para mim, que escrevo este artigo na terça-feira 25. Para você, que lê **Crusoé** no primeiro dia de circulação, sexta-feira, o evento promovido pelo IDP, instituição fundada pelo ministro Gilmar Mendes e dirigida por seu filho, já está em seu último dia. Não importa: **eu poderia escrever este artigo no ano passado ou no ano que vem, e ele seria o mesmo**. Lisboa pode até ser abalada por um terremoto seguido de tsunami, como ocorreu em 1755, e isso não faria diferença substancial no que direi.

Em sua 12ª edição, o Fórum de Lisboa – esse é o nome oficial do Gilmarpalooza, que deixou de ser exclusivamente "*jurídico*" – já integra virtualmente o calendário oficial do Brasil. **Atividades são suspensas para que representantes dos três poderes possam comparecer. Ministros do STF e do governo Lula estarão lá, ao lado dos presidentes da Câmara e do Senado.** No campo econômico, o mais ilustre convidado é Roberto Campos Neto, tido pelos petistas – a começar por Lula – como o verdugo do governo. O capítulo mais recente da treta entre o presidente da República e o presidente do Banco Central diz respeito a um fenômeno da vida nacional que também se verifica no festerê lisboeta: **a indistinção dos limites entre o que é pessoal e o que é institucional, entre o que é privado e o que é público.**

O governador de São Paulo, **Tarcísio de Freitas, provável candidato presidencial em 2026, ofereceu um jantar em homenagem a Campos Neto**. Como a reunião mais recente do Copom não baixou a taxa Selic, o encontro para lá de amigável da dupla insuflou a grita petista contra a autonomia do BC.

Do ponto de vista institucional (política monetária é outra história), Lula e seu séquito teriam razão para estrilar. **Só faz sentido falar em Banco Central autônomo quando a instituição defende a moeda nacional a partir de insuspeitos critérios técnicos, o que exige de seu presidente uma compostura também técnica, sem brechas para manifestações de simpatia por políticos ou partidos. O convescote com Tarcísio compromete essa compostura, para dizer o mínimo.**

Atenção para o verbo no condicional: os petistas teriam razão para reclamar, eu disse há pouco. Pois a gritaria do governo é hipócrita. Em dezembro do ano passado, Campos Neto foi à Granja do Torto para comer churrasco com Lula, Haddad e grande elenco. A intenção era superar os desacertos entre governo e BC. Mas para negociar diferenças entre representantes de duas instituições, dificilmente se encontraria um contexto menos institucional do que um churrasco. Não concebo discussão séria sobre contas públicas (ou mesmo domésticas) em circunstâncias tão informais. A única técnica que resiste ao calor da churrasqueira é aquela necessária para chegar ao ponto certo da picanha.

There's no free lunch, diz-se em inglês. Tradução: não existe churrasco de graça, mané. Isso vale para o presidente do BC e também para representantes do Judiciário, que deveriam zelar pela isenção com rigor redobrado.

Em maio, uma nota do STF em resposta a críticas sobre a participação de ministros em eventos promovidos por entidades privadas (algumas delas com causas em julgamento na Corte) disse o seguinte: "***Quando um ministro aceita o convite para falar em um evento – e a maioria dos ministros também tem uma intensa atividade acadêmica –, ele compartilha conhecimento com o público do evento***". O redator da nota só não ousou recorrer ao lugar comum da *"democratização do conhecimento"*. Seria abusar da nossa credulidade, pois o conhecimento compartilhado em eventos em Nova York, Londres ou Lisboa só está acessível para quem pode pagar a passagem.

Será que alguém paga a classe executiva da TAP para ouvir o que Arthur Lira e Anielle Franco pensam sobre globalização, o tema do Fórum de Lisboa neste ano? Acho que não. Malu Gaspar, em *O Globo*, fez uma elucidativa crônica do Fórum de Lisboa do ano passado. Seu relato mostra que **os eventos paralelos – jantares e coquetéis promovidos por empresários dos mais variados setores – são tão disputados quanto o fórum em si.** O conhecimento que se obtém nisso se define por outro anglicismo: *networking*. Em português brasileiro: churrasquinho com os parças. Ou ainda: canapés como o inimigo que se quer converter em parça.

Em seu estudo clássico sobre a burocracia, Max Weber notou que a impessoalidade é o princípio dominante dos escritórios modernos. **Tanto nas grandes empresas quanto nas repartições governamentais, a vida privada do funcionário fica apartada da vida profissional.** A caneta tinteiro e o mata-borrão na mesa do burocrata não lhe pertencem: são propriedade do governo ou da empresa. Essa tendência não chegou a pegar no Brasil. Aqui impera a cordialidade de que Sérgio Buarque de Holanda falava no quinto capítulo de *Raízes do Brasil*.

Quase noventa anos depois da publicação do livro, o *"homem cordial"* ainda é uma ideia mal compreendida. Não tem nada a ver com bondade ou gentileza – pelo contrário, a cordialidade, pessoal e exclusivista, não é compatível com a civilidade. Sérgio Buarque refere-se à dificuldade brasileira de compreender que o Estado não é uma extensão da casa. Etimologicamente, *"cordial"* está relacionado ao coração, e o coração é caprichoso: ama este mais do que aquele porque assim determinam laços de família ou amizade. Não convém entender a cordialidade como uma teoria geral da alma brasileira (algumas ambiguidades do texto, é verdade, permitem essa leitura), mas o conceito, creio eu, ainda explica certas confusões muito nacionais entre o privado e o público. Talvez por isso a noção de conflito de interesses pareça tão obscura a tantos de nossos homens públicos.

Pangloss, o otimista irremediável criado por Voltaire na novela *Cândido*, está em Lisboa quando a cidade é arrasada pelo terremoto. ***"Seria impossível as coisas não serem como são; tudo está muito bem"***, é a conclusão que ele tira da catástrofe. Se passasse pelo Gilmarpalooza, diria o mesmo em outras palavras: ***"As instituições estão funcionando"***.

Jerônimo Teixeira é jornalista e escritor

As opiniões emitidas pelos colunistas não necessariamente refletem as opiniões de O Antagonista e Crusoé

Como tornar as cidades brasileiras menos feias

Josias Teófilo • June 28, 2024

Edição semana 321 - Ilha de cultura

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

A situação das grandes, médias e pequenas cidades brasileiras é de degradação profunda

A situação das grandes, médias e pequenas cidades brasileiras é de degradação profunda -ocentro de São Paulo, por exemplo, parece um cenário pós-guerra

A princípio, pensei em intitular esse artigo de *"como embelezar as cidades brasileiras"* — mas embelezar seria um passo posterior. **A situação das grandes, médias e pequenas cidades brasileiras é de degradação profunda – o centro de São Paulo, por exemplo, parece um cenário pós-guerra.**

A primeira coisa a ser feita é também a mais difícil: diminuir a violência a padrões aceitáveis. É a violência a causa de boa parte da feiura das nossas cidades: os muros (cada vez mais altos) interpõem-se entre a rua e as casas, prédios e jardins. E, para completar, esses muros viram alvos fáceis de pichadores.

Os muros, não raro encimados por arame farpado, cacos de vidro ou cercas elétricas, produzem um visual opressivo e distópico no espaço urbano. E são resultado de uma necessidade imediata de proteção contra a violência – que tem um número de mortes semelhante ao de uma guerra.

A insegurança produz também outro efeito colateral: **os casarões e prédios históricos (concebidos num contexto em que a violência urbana era menor) precisam ser adaptados. J**anelas e portas são tapadas com alvenaria, a fachada é desfigurada. O patrimônio histórico brasileiro sofreu muito por causa dessa circunstância específica. E ainda sofre.

Se os roubos, assassinatos e estupros diminuírem no Brasil veremos outro cenário urbano: menos muros e grades, mais fachadas, janelas e jardins – ou seja, **veremos a arquitetura brasileira (respeitada no mundo inteiro) aparecer.**

Outra coisa que ajudaria: remover a fiação aérea. O Plano Piloto de Brasília e o centro histórico de algumas cidades brasileiras (como a Rua do Bom Jesus, no Recife, e a Avenida Duque de Caxias, em São Paulo) já tem fiação subterrânea e o resultado visual é inegável. O problema não é só fio de eletricidade – é telefonia, TV a cabo, internet, que vão se acumulando nos postes. Além de ser muito feio é também perigoso: a queda de um poste desses pode ferir ou eletrocutar uma ou várias pessoas – com a fiação subterrânea fica mais bonito e mais seguro.

Outro problema **é a concentração populacional em unidades habitacionais.** Um assunto que é administrativo, pois tanta gente num conjunto habitacional ou num prédio (muitas vezes com uma população maior que municípios inteiros) é inadministrável. E isso tem efeito estético**: um condomínio mal administrado fica sem manutenção, feio, degrado e favelizado**. Dois exemplos são bastante ilustrativos: o Edifício São Vito, em São Paulo, conhecido como treme-treme, e o Edifício Holyday no Recife. Ambos foram mal administrados e se favelizaram. A degradação foi tão grande que precisaram ser desocupados.

A concentração urbana é um obstáculo: o interior do Brasil é desocupado e subdesenvolvido, as cidades são inchadas. **É preciso um desenvolvimento sustentável em direção ao interior, e a diminuição do tamanho das metrópoles** – que são grandes e degradadas. Cidades menores, mais organizadas e mais bonitas.

Existe um preconceito muito difundido entre arquitetos contra o chamado falso histórico**. Construções novas que utilizam estilos históricos – critica-se até o Pateo do Collegio, no centro de São Paulo, por ter sido uma igreja reconstruída.** Ora, boa parte dos prédios históricos que existem hoje na Europa – e que são muito visitados, como o Campanário de São Marcos e o teatro La Fenice em Veneza – seriam considerados falsos históricos, porque foram reconstruídos depois de incêndios ou bombardeios na guerra. **No Brasil, perde-se a oportunidade de construir prédios – inclusive totalmente novos – no estilo antigo, produzindo harmonia no conjunto urbano, e beleza.**

Desde a pandemia vem acontecendo o esvaziamento dos centros das grandes cidades – o que é péssimo para o comércio pode ser uma oportunidade para restaurar e reconstruir o patrimônio histórico, e construir novas obras que tenham um diálogo mais profundo com a tradição arquitetônica brasileira.

Josias Teófilo é jornalista, escritor e cineasta

As opiniões emitidas pelos colunistas não necessariamente refletem as opiniões de O Antagonista e Crusoé

Acenda e puxe — mas não prenda nem passe

Orlando Tosetto Júnior • June 28, 2024

Edição semana 321 - Ilha de cultura

Entre em nosso canal no Telegram: t.me/bancahidden

Você não acha maconha nas melhores casas do ramo, porque não há e nem pode haver "casas do ramo" de venda de maconha

Doravante, é permitido portar o que é proibido comprar. Que os deuses da Democracia me perdoem, mas...ficou meio esquisito, não ficou?

Venho de saber que o STF, aquele *coven* de pessoas excelentes, magníficas mesmo, que nos dias de muito calor exsudam democracia e amor junto com o suor, e nos de frio esfregam as mãos enquanto ostentam a severidade saudável dos grandes guardiões, esse pessoal lindo, eu dizia, **achou que tá tudo bem as pessoas andarem por aí *"portando"* maconha.** Aliás, um dos preclaros foi mais longe e deixou claro que, por ele, não só a maconha, mas toda e qualquer outra das chamadas *"substâncias entorpecentes"* pode ser portada por aí sem problemas. É o tipo da notícia que me deixa meio espantado, e **o espanto mostra o quanto envelheci: está entranhado em mim o medo antigo, que vem da adolescência nos anos 80, de ser pego pela polícia com maconha ou qualquer outra substância dita entorpecente**.

O fato é que a gente – os adolescentes dos anos 80 – tinha muito medo de ser surpreendida com as parangas ou os *"cigarrinhos de artista"* num bolso da calça ou da camisa, ou até dentro do tênis (a polícia andava pelas ruas com cães farejadores; o chulé ajudava a enganar o faro dos pastores-alemães). **A juventude e os tiozões prafrentex hodiernos doravante andarão bem mais descansados do que nós andávamos lá por 1985. Sorte deles.**

Digressão (eu sempre faço uma digressão; hoje acho que vou fazer mais de uma): o verbo *"portar"* está certinho quando o assunto é maconha, documento, cheque, promissória, pastinha 007, medalhinha da Santa, camisa aberta no peito, colarzão grosso de ouro ou passaporte e convite para *palooza* legalista em Lisboa, já que ***"portar"* quer dizer *"trazer consigo, transportar, trajar"***. Já não é tão bem usado quando se fala em *"portar deficiência física"*, porque rara é a deficiência que tem conserto, que pode deixar de ser levada daqui pra lá por quem a tem, ou entregue a outrem.

Voltando ao assunto, eu, que não sou um tiozão prafrentex, o que eu achei mais curioso nessa permissão, ou nesse *"por mim, sem problema"* de se sair por aí com maconha no bolso ou na bolsa, é o fato de que maconha é um produto cuja venda é proibida. **Você não acha maconha nas melhores casas do ramo, porque não há e nem pode haver *"casas do ramo"* de venda de maconha. Não pode haver maconharias, empórios da ganja, cafés da marola ou casas chamadas Santa Erva.** O que o ramo oferece, no máximo, são bocas de fumo ou biqueiras. Que não são muito receptivas à avaliação da clientela: a gerência delas sempre encrenca com quem faz perguntas demais. Acho que **o Guia Michelin ia ter dificuldades para distribuir suas estrelinhas pelas biqueiras do país.**

Mas, enfim, aí está: **doravante, é permitido portar o que é proibido comprar**. Que os deuses da Democracia me perdoem, mas… **ficou meio esquisito, não ficou?** E tem outra: fiquei me perguntando se, depois dessa decisão, não seria possível portar, sem problemas nem sanções, outras coisas cuja venda é proibida. Tipo armas de fogo, ou a maioria dos explosivos e substâncias químicas perigosas. Já que vale para a maconha… Mas o amigo sabe como é: mente vazia, oficina do canhoto.

* * *

Outra digressão: **eu queria saber o que quer dizer esse sufixo *palooza***que agora a gente anda pondo atrás dos nomes dos nossos reluzentes, dos nossos fulgurantes homens públicos para indicar algumas de suas meritórias atividades.

De início me fascinou o som da palavra: fiquei um tempo andando pela casa falando em voz alta e irritando família e animais de estimação: ***palooza***, ***palooza***, ***palooza***, e a verdade é que começou a me escorrer um tantinho de baba de um canto da boca, e a voz foi ficando empastada e pegando aquele tom que a gente de vez em quando associa aos bêbados, sabe como é?, aquele tom de bobão: ***palooooooza***, ***palooooza***. Ou até de cachorro uivando, por que não? ***Paloooooooooza***. Bom, acabei descobrindo que ***palooza* é uma gíria americana** (ou estadunidense, como diriam os mais estudiosos) usada para – vou traduzir do dicionário em que li – ***"descrever uma festa ou evento grande, extravagante, de arromba, da pesada".***

Ora, diga lá o amigo se não é o tipo de coisa que casa bem, muito bem, à maravilha mesmo, com o espírito público dos nossos homens públicos. Vai como uma luva: uma luva da pesada, uma luva de arromba. ***Palooooooza***.

Orlando Tosetto Jr. é escritor

As opiniões emitidas pelos colunistas não necessariamente refletem as opiniões de O Antagonista e Crusoé